



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

25 de março 2015



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Notícias

Data: 25/03/2015

Assunto: Greve

Página: 13

DIÁRIO CATARINENSE

EMBATE ENTRE PROFESSORES E GOVERNO SE AGRAVA APÓS CONFIRMAÇÃO DE GREVE

O mais recente embate entre os professores da rede estadual de educação e o governo de Santa Catarina chegou ao ápice na tarde de ontem. Em assembleia que reuniu pelo menos 2 mil pessoas no Centrosul, em Florianópolis, professores confirmaram por unanimidade a greve prometida desde o começo do mês. Ao mesmo tempo, no Centro Administrativo, o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, reafirmava a posição do governo que, com a deflagração da greve, as negociações estão interrompidas.

Embora a Medida Provisória (MP) 198 continue sendo o centro de toda a discussão, os docentes interpretaram como afronta as recentes declarações do secretário de que, se a greve for fraca, o governo tentará aprovar o projeto do novo plano de carreira do magistério na Alesc sem levar em conta as críticas da categoria. A MP 198 fixa a remuneração do professor admitido em caráter temporário (ACT) e, segundo a Secretaria de Educação (SED), é necessário para a aprovação do plano. Já os professores consideram a medida prejudicial para os temporários, que hoje são cerca de um terço do total dos profissionais da rede.

Magistério e secretário alegam que negociações são prejudicadas pela intransigência do outro lado

No dia 31, representantes das 31 regionais de SC voltam a Florianópolis para fazer um balanço da paralisação. Por enquanto, ambas as partes alegam o mesmo: que as negociações estão sendo prejudicadas pela intransigência do outro lado.

Segundo Deschamps, o Sindicato dos Trabalhadores

ção na Rede Pública (Sinte-SC) recebeu o novo plano de carreira em 3 de fevereiro, mas levou quase um mês para emitir o primeiro ofício a respeito. O secretário ainda afirma que a greve foi deflagrada enquanto o governo realiza simulações dos pedidos da categoria.

- O Estado continua disposto

professores trabalhando - diz.

Já o coordenador estadual do sindicato, Luiz Carlos Vieira, alega que até o momento não há nenhum tipo de proposta da SED.

- Até agora o governo não discutiu com a categoria, apenas apresentou o plano que tinha anteriormente e ameaçou os traba-



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

GUERRA DE VERSÕES

O primeiro balanço divulgado ontem pelo governo sobre a greve dos professores estima em 5% a adesão pelo Estado. A direção do Sinte diz que este percentual estava somente em Florianópolis na assembleia da categoria. O sindicato contrapõe que ainda é cedo para falar em números porque a paralisação só está no começo. O secretário Eduardo Deschamps lamentou o fim da negociação, porque ainda faltava apresentar uma nova simulação de impacto nas contas. O Sinte diz que esta proposta nem sequer foi cogitada.

A PROPÓSITO

A orientação é para levar os filhos para a escola, mas e se não tiver aula, faz o quê?



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 25/03/2015

Assunto: Greve

Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE



FORA QUEM MESMO?

Durante a assembleia dos professores, ontem à tarde em Florianópolis, chamou atenção um cartaz que pedia a saída do secretário

estadual de Educação, Eduardo Deschamps. Claramente era uma faixa escrito "Fora Dilma", adaptada para pedir a cabeça de "D'champs".

A HORA DA VERDADE

Hoje é a prova de fogo da greve referendada ontem. O governo estadual determinou que as escolas abram e que seja marcada falta para os grevistas. Se a adesão for baixa, o secretário Eduardo Deschamps pretende realizar negociações por cima do Sinte/SC, através de videoconferências. Se for alta, vale a ameaça de encerrar a discussão durante a paralisação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 25/03/2015
Assunto: Plano de carreira		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

TEM QUE MELHORAR

Ontem, Deschamps recebeu deputados da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia para apresentar a proposta do novo plano de carreira do magistério. Estavam lá quatro dos sete integrantes, que ouviram as explicações do secretário sobre os ganhos que a categoria pode ter no novo modelo e a necessidade de desvincular os temporários do plano.

- Ele explicou, mas não convenceu - resumiu o deputado Ricardo Guidi (PPS).



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua vida	Data: 25/03/2015
Assunto: Fies		Página: 29

DIÁRIO CATARINENSE

Ajuste fiscal no Fies gera economia de R\$ 4,2 bilhões

A redução do fluxo de pagamentos às instituições privadas participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) neste ano resultou numa redução de R\$ 4,2 bilhões em despesas. Essa é a cifra apresentada em parecer do Ministério da Educação que defende a manutenção das novas regras do programa, alvo de ações judiciais por parte das faculdades privadas.

Na segunda-feira, as instituições particulares sofreram nova derrota: o Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu liminar que liberou o teto de reajuste de 6,4% das mensalidades de cursos inscritos no Fies. A decisão anterior, favorável às instituições privadas, foi obtida pela Federação de Escolas Particulares (Fenep) no início do mês e teve impacto para 1,5 mil escolas, filiadas à entidade.

DESEMBARGADOR CITA POSSÍVEL EFEITO CASCATA

Na decisão, o desembargador federal Cândido Ribeiro pondera que acatar o argumento das privadas "tem potencial lesivo grave", diante do efeito cascata. Ele cita ainda documento da consultoria jurídica do MEC em defesa da manutenção do modelo atual.

"A eventual revogação dos efeitos (...) poderá gerar impacto orçamentário de R\$ 4,2 bilhões neste exercício, período ao qual o regulamento está adstrito", diz o texto, em referência a portaria de dezembro do ano passado que reduziu de 12 para oito parcelas o repasse de recursos do Fies para as privadas. No ano passado, o custo do programa federal foi de R\$ 13,7 bilhões.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a suspensão da trava de 6,4% para as instituições filiadas à Fenep teria um impacto adicional, somente neste ano, de cerca de R\$ 150 milhões a cada acréscimo percentual de 1%.

O montante implicaria a impossibilidade do Fies receber novas inscrições para financiamento de aproximadamente 15 mil estudantes neste semestre ou de fazer a renovação de contrato no segundo semestre de cerca de 30 mil estudantes, calcula o órgão, vinculado ao MEC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Especial

Data: 25/03/2015

Assunto: Greve

Página: 03

Notícias do Dia

GREVE TEM BAIXA ADESÃO

**ELAINE STEPANSKI E
LEONARDO THOMÉ**
redacao@noticiasdodia.com.br

 @ND_Online

O primeiro dia da greve dos professores da rede estadual de ensino foi marcado por versões divergentes em relação à adesão dos servidores da Educação ao movimento. O governo, baseado em relatórios das secretarias regionais, calcula que 5% dos professores aderiram à paralisação nas escolas estaduais. Já o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina) afirma que a adesão é maior e somente na assembleia da categoria, ontem em Florianópolis, estiveram presentes cerca de 2.000 profissionais, o que representa 5,5% dos 36 mil educadores do Estado.

O secretário de Educação, Eduardo Deschamps, disse que as escolas estaduais devem abrir normalmente nos próximos dias e serão registradas as faltas dos professores que não comparecerem ao trabalho. Os diretores foram orientados a remanejar as equipes para

garantir o máximo de aulas possível; os pais devem buscar informações oficiais sempre diretamente com o gestor de cada unidade.

“Vamos avaliar a situação em cada uma das escolas, procurar manter o máximo de normalidade, fazer o remanejamento e trabalhar com os professores que não estejam paralisados para manter o atendimento o mais regular possível”, explicou Deschamps.

Durante a greve, as negociações sobre a nova carreira do magistério estão suspensas. Marya Angela, 30 anos, mãe de um aluno do 6º ano do ensino fundamental do Instituto Estadual de Educação, torce pela regularidade das aulas e reclama das incertezas do futuro. “A informação que recebemos é de que a greve depende de cada professor, mas isso complica. Não vou saber o que meu filho está fazendo, que horas vem para casa, se vai ter aula”, reclamou.

Como as escolas abriram, outras mães estão mais tranquilas. “Vou me preocupar quando meu filho não tiver aula”, ressaltou Cristiane da Conceição, que tem dois filhos na rede estadual.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



EDUARDO VALENTE/ND

Manifestantes fazem passeata na Capital

Às 16h, com o fim da assembleia no Centrosul, os professores saíram em caminhada pelas principais ruas do Centro da Capital. A primeira parada foi em frente à Alesc, onde um caminhão de som incentivava os manifestantes. Em seguida, os professores passaram em frente à Secretaria do Estado da Educação e encerraram o ato no Ticen

(Terminal de Integração do Centro). Vinda de Siderópolis, no Sul do Estado, a professora efetiva Lucilia de Souza dizia que somente com a greve o governo atenderá às reivindicações da categoria. "Na minha escola, são cinco professores efetivos e nove temporários. Com os ACTs recebendo menos, o clima é péssimo".

Protesto.
Cerca de 2.000 professores percorreram as ruas do Centro de Florianópolis

ACTs podem ser punidos

O secretário Eduardo Deschamps reforçou que, em um primeiro momento, todas as faltas serão devidamente registradas para, em uma segunda etapa, a secretaria avaliar as medidas administrativas a serem adotadas. No caso dos ACTs (admitidos em caráter temporário), que não podem faltar três dias consecutivos sem justificativa, Deschamps não descartou possíveis exonerações caso as faltas se repitam. Sobre os trabalhos em relação ao novo plano de carreira do magistério, o governo aguardará os próximos dias de greve para avaliar o tamanho do movimento.

"Se a paralisação for pequena, vamos seguir e apresentar nossas propostas na Assembleia Legislativa por respeito à categoria que está acreditando nessa ação. Mas caso a greve torne-se grande, o Estado vai ter que retirar tudo que foi apresentado e retomar todo o processo", explicou

Deschamps, reiterando acreditar que a adesão será pequena e nem de longe parecida com a de 2011, quando a greve durou 62 dias.

Na assembleia do Sinté, os professores voltaram a defender a garantia das gratificações separadas do salário, a não diferenciação de salário entre os efetivos e os temporários, e a manutenção da carreira em seis níveis (magistério, licenciatura curta, licenciatura plena, especialização, mestrado e doutorado) e em dez referências.

O presidente do Sinté, Luiz Carlos Vieira, afirmou que o sindicato não abre mão também da retirada da medida provisória 198 da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) e que efetivos e temporários precisam ter o mesmo salário, sob pena de desmotivar os cerca de 13 mil professores que trabalham como ACTs.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 21e21/03/2015

Assunto: Merenda escolar

Página: 35

Notícias do Dia

Resolvido 1

Enquanto o deputado petista Dirceu Dresch, nesta semana, criticava o corte do repasse para aquisição de produtos da agricultura familiar destinados à merenda escolar, o Ministério da Educação anunciava que segunda-feira retomaria com os depósitos mensais de R\$ 3,7 milhões. São 18 empresas que responderam à licitação. O secretário Eduardo Deschamps deixa claro que é determinação do governador estimular e evoluir na agricultura familiar.

Resolvido 2

O problema que gerou esse impasse se deu porque ninguém se apresentava quando era feita a chamada. Há uma deficiência de logística que está sendo resolvida por meio de terceirizados. Em abril, depois das primeiras entregas que já começaram a ser realizadas, será feita uma nova chamada para a aquisição de outros produtos, visando complementar a cadeia que atende a merenda escolar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Damião

Data: 25/03/2015

Assunto: Greve

Página: 29

Notícias do Dia

Pela harmonia

O conflito entre professores e o governo do Estado precisa ser compreendido de forma racional: embora grande parte dos estudantes seja prejudicada pela greve, o magistério luta pelo reconhecimento de sua importância. Reivindicar melhorias salariais é, neste caso, uma questão que transcende julgamentos apressados. É preciso respeitar os alunos e seus pais, mas os professores merecem atenção às suas demandas. Se há impasse, que seja resolvido de forma harmoniosa pelos lados envolvidos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 25/03/2015
Assunto: Educação Especial		Página: 31

Notícias do Dia

Carimbo

O deputado Nei Ascari abre espaço hoje para que a diretoria da Fundação Catarinense de Educação Especial se manifeste na Comissão de Pessoas Deficientes. A fundação está completamente abandonada, inclusive, num prédio inadequado e colocando os servidores em risco.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve		Página: 31

Notícias do Dia

Greve

O governo, apesar da baixa adesão, não mais de 5% de professores parados, não irá abrir um canal de comunicação com o Sinte enquanto for mantida a greve. Tem histórico. Em 2011, quando manteve o diálogo, mesmo com os professores paralisados, a greve durou 60 dias. Em 2012, evitou negociar e a greve se esgotou em 12 dias. Agora vai avançar nas alterações ao projeto, que ontem foi discutido pelo secretário Eduardo Deschamps com os deputados, mas sem o Sinte, onde um pequeno grupo, segundo o secretário, tenta radicalizar. Deschamps acredita numa articulação nacional, já que em vários Estados há paralisações. Um meio de desviar atenções, quem sabe, da Lava Jato.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



Deschamps vai tentar driblar Sinte/SC e convencer deputados

Hoje a prova de fogo da greve referendada ontem. O governo estadual determinou que as escolas abram e que seja marcada falta para os grevistas. Se a adesão for baixa, o secretário Eduardo Deschamps pretende realizar negociações por cima do Sinte/SC, através de videoconferências. Se for alta, vale a ameaça de encerrar a discussão durante a paralisação.

Ontem, Deschamps recebeu deputados da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia para apresentar a proposta do novo plano de carreira do magistério. Estavam lá quatro dos sete integrantes, que ouviram as explicações do secretário sobre os ganhos que a categoria pode ter no novo modelo e a necessidade de desvincular os temporários do plano.

— Ele explicou, mas não convenceu — resumiu o deputado Ricardo Guidi (PPS).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Capa	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve		Página: 01

Notícias do Dia

Adesão à greve é parcial

Professores. Diretores têm obrigação de manter escolas estaduais abertas

A paralisação foi confirmada em assembleia com a participação de cerca de 2.000 pessoas. Segundo a Secretaria de Educação, as faltas serão registradas e as negociações do plano de carreira do magistério estão suspensas. **Página 3**



Notícias do Dia

O lado político da greve dos professores

O pedido feito pela deputada Luciane Carminatti, líder do PT, e pelo deputado Valdir Cocalchini (PMDB), presidente da Comissão da Educação, ao deputado Mauro de Nadal (PMDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que o governo retomasse o diálogo sobre a nova carreira do magistério foi parcialmente atendido pelo secretário Eduardo Deschamps. A greve dos professores da rede estadual de ensino já havia sido confirmada em assembleia, no CentroSul, não muito longe do prédio da pasta da Educação, quando Deschamps mostrou detalhes das ações e dos ajustes que o governo faz no projeto e afirmou que voltará a conversar com os deputados depois que novos estudos fizerem a proposta evoluir.

O governo mantém a decisão de não retomar as negociações com o Sinte enquanto a paralisação for mantida. Porém, abriu um canal de esclarecimento com os parlamentares, que reclamavam de não ter acesso ao projeto que cairá nas mãos deles para votação. Deschamps elucidou um dos pontos mais polêmicos para a categoria: a equivalência dos vencimentos dos ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) com os professores no início da carreira, além de assegurar o avanço de descompactação da tabela salarial dos profissionais com mais tempo de carreira e

com o incentivo dos que possuem maior titulação (pós-graduação, mestrado e doutorado).

Os deputados teriam gostado do que viram, mas a dúvida da sociedade é o porquê da greve ter sido decretada no momento em que havia um debate entre governo e o Sinte. A resposta pode estar na derrapada que o Centro Administrativo promoveu na maneira como enviou a medida provisória 198, que altera o processo de contratação dos ACTs, freado pelos deputados da base governista e que virou argumento para que o sindicato deflagrasse o movimento grevista. O sindicato nega que tenha recebido propostas.

Outro questionamento está nos vários movimentos de paralisação país afora, que passam pelos professores estaduais de São Paulo e Roraima e da Prefeitura de Curitiba, entre outros, e levam a crer em uma ação coordenada. Com os salários em dia e com o pagamento do piso nacional da categoria, os professores carlinenses encontraram um motivo na MP dos ACTs. A sociedade aguarda os acontecimentos para saber se o objetivo não seria outro, como a especulação de poder, estar envolvido com questões político-partidárias para tirar o foco das denúncias de corrupção na Operação Lava Jato, o que seria uma lastima e desqualificaria o movimento no magistério.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: RIC Mais	Editoria: Educação	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve		Página: Online

RIC MAIS

Greve dos professores estaduais afeta algumas escolas em Santa Catarina

O movimento ainda não teve muitos adeptos e a maioria das instituições de ensino no Estado segue com aulas

A greve dos professores da rede estadual de ensino continua. Algumas escolas seguem normalmente, enquanto em outras há alterações. Em Florianópolis, o Instituto Estadual de Educação, a diretoria orienta que os estudantes compareçam a escola, e afirma que nenhum aluno ficará sem atividades. Na região de Xanxerê, as aulas seguem normalmente nas escolas estaduais. No Vale do Itajaí, todas as escolas atendem aos alunos sem alterações. Em todo o Estado está sendo realizado o levantamento de quantos professores aderiram a paralisação. O sindicato pretende nesta quarta-feira buscar mais adeptos ao movimento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve		Página: Online



SANTA CATARINA



Secretaria de Educação diz que faltas de professores serão registradas

Secretário afirmou que obrigação dos diretores é manter escolas abertas. Segundo coordenação do Sinte, 'decisão foi unânime. Greve começa forte'.

As escolas estaduais de Santa Catarina devem funcionar, mesmo com a greve dos professores anunciada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública (Sinte/SC). Segundo o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, as faltas dos grevistas serão registradas. Ainda conforme a Secretaria de Educação, 5% dos professores da rede estadual aderiram a greve.

“A obrigação do diretor é manter as escolas abertas e permitir que os professores que querem trabalhar o possam fazer. E os pais que querem encaminhar os filhos também possam fazer isso. Vamos avaliar a situação em cada uma das escolas, procurar manter o máximo de normalidade, fazer o remanejamento e trabalhar com os professores que não estejam paralisados para manter o atendimento o mais regular possível”, explicou .

O Sinte afirma que decidiu pela greve porque não houve sinalização de contraproposta da Secretaria de Educação às deliberações das assembleias dos dias 3 e 10 de março. O prazo previsto para respostas, segundo o Sindicato, se encerrou na última semana.

Segundo Deschamps, além do registro das faltas, posteriormente a secretaria de Educação vai avaliar as medidas administrativas a serem adotadas.

assembleia dos professores da rede estadual de santa catarina nesta terça (24) (Foto: Sinte-SC/Divulgação) assembleia dos professores da rede estadual de santa catarina nesta terça (24) (Foto: Sinte-SC/Divulgação)

'Greve começa forte', diz Sindicato

Os professores da rede estadual realizaram uma assembleia na tarde desta terça-feira (24), em Florianópolis, para definir os rumos da greve iniciada pela manhã. Segundo Marcus Alexandre Sodré, vice-coordenador do Sinte-SC, 2 mil professores estiveram na assembleia que durou cerca de 2 horas.

"A decisão foi referendar o início da greve. Foi unânime. A categoria entende que o Governo do Estado está ciente das nossas reivindicações desde 2011, quando nossa tabela salarial foi destruída. Tivemos algumas reuniões e o Governo simplesmente desconsiderou nossas reivindicações. Não houve nenhuma negociação", afirma Sodré.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Após a assembleia, que contou também com a participação de alunos, uma passeata foi feita pelas ruas do centro. "O secretário foi irônico 'Será que a greve vai ter força?'. A greve começa forte", afirma Sodré.

Na segunda-feira (23), o secretário Eduardo Deschamps afirmou que o governo não continuaria a negociar caso as aulas fossem prejudicadas.

"Vamos continuar fazendo os trabalhos em relação à nova carreira, mas as negociações com a diretoria do Sinte estão suspensas. Se a paralisação for pequena, vamos seguir e apresentar nossas propostas na Assembleia Legislativa por respeito à categoria que está acreditando nessa ação. Mas caso a greve torne-se grande, o Estado vai ter que retirar tudo que foi apresentado e retomar todo o processo", explicou Deschamps.

Proposta dos professores

Entre as propostas do Sindicato, estão seis níveis de carreira, com diferenças salariais entre eles, jornada integral de 40 horas/aula, dois cargos para o magistério catarinense, sendo um professor e ou outro administrativo e garantia de licença remunerada para mestrado e doutorado.

Medida provisória

A medida provisória 198/2015 "fixa os salários dos profissionais contratados em regime temporário pela rede pública estadual de ensino", segundo a Alesc. Ela tem como objetivo adequar as remunerações à Lei do Piso Nacional do Magistério.

"Para isso, os vencimentos dos professores temporários serão compostos pela soma do vencimento, mais a hora-atividade, mais o incentivo à produtividade em sala de aula", informou a assessoria de comunicação da Assembleia.



Veículo: Correio Lageano	Editoria: Capa	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve		Página: 01



CORREIO LAGEANO

Magistério

Estado: começa a greve

Lages: aguarda resposta

Professores do Estado e os municipais têm pontos em comum. Governo de SC avalia uma nova proposta.



Professores estaduais que entraram em greve ontem se reuniram no Parque Jonas Ramos e receberam o apoio de alguns estudantes



Veículo: Correio Lageano

Editoria: Geral

Data: 25/03/2015

Assunto: Greve

Página: 03



CORREIO LAGEANO

Greve no Estado, e em Lages os professores esperam resposta

SUSANA KÜSTER

susana@correiolageano.com.br

Como era previsto, os professores estaduais presentes na assembleia, ontem, em Florianópolis, votou pela greve, e o encontro serviu para definir as reivindicações da categoria.

Num movimento com vários pontos em comum, os professores municipais de Lages entregaram ontem ao prefeito interino, Toni Duarte, a sua proposta. Eles aguardam uma resposta e amanhã devem se reunir para definir o rumo da mobilização, que pode ser a greve.

A presidente do sindicato dos professores municipais (Simproel), Silvana Lucena, diz que a proposta entregue é de que o percentual de reajuste respeite a lei do piso nacional, com aumento de 13,01%, sem tirar o abono de R\$ 130,00 e vale-alimentação de R\$ 100,00.

Para ela, a negociação está demorada e isso deixa a categoria impaciente. Amanhã, uma assembleia às 18h30min, no Teatro Marajoara, deve definir os rumos do magistério. "Se houver uma contraproposta será melhor caso contrário



Ontem, professores estaduais se reuniram no Parque Jonas Ramos (Tanque), para uma manifestação

Categoria faz passeata após a assembleia

Depois da assembleia, os professores fizeram passeata até a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Secretaria de Estado da Educação.

A proposta do governo estadual de incorporação no salário, da regência de classe (que significa 25% de aumento no salário para o professor de séries finais, e de 45% para o profissional de séries iniciais), é um dos principais pontos vistos pela categoria como uma retirada de direitos conquistados.

A Medida Provisória

mitidos em Caráter Temporário (ACTs), é outro ponto recusado pela classe, que afirma uma redução de em torno de 25% no salário destes profissionais.

O próximo reajuste para os ACTs é previsto no novo plano do governo somente em 2019.

A secretária da região macroeste do Sinte, Alzete Bedin, afirma que além destas questões, a categoria quer que o governo pague o piso na carreira. Ou seja, que o percentual de reajuste assegurado pela lei nacional de

Hoje o governo quer pagar o reajuste do piso só para os profissionais graduados.

O sindicato também reivindica a revisão da lei 456/2009, que disciplina a contratação de professores temporários.

Não há data marcada para a próxima assembleia, isso somente vai acontecer se o governo apresentar uma contraproposta.

[+] Até dia 31, acontecerão as assem-



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Governo está avaliando nova proposta para o Sinte

Conforme informações prestadas através de nota, a Secretaria de Educação (SED) está finalizando novas simulações de salário, contemplando uma nova forma de enquadramento na nova carreira, em especial dos professores inativos. E também fazendo equivalência da remuneração dos ACTs com os níveis iniciais de carreira.

O secretário estadual de Educação, Eduardo Deschamps, frisa que as negociações estão suspensas até a greve terminar. "Se a paralisação for pequena, vamos seguir e apresentar nossas propostas na Assembleia Legislativa. Mas caso a greve torne-se grande, o Estado vai ter que retirar tudo que foi apresentado e retomar todo o processo", destaca.

O secretário acredita que o movimento não terá adesão significativa. Ontem, que foi o primeiro dia da greve, a adesão nas escolas estaduais foi de 5%, segundo dados da SED. Os diretores estão sendo orientados a remanejar as equipes das escolas.



Se a greve for grande, secretário vai retirar a pro-



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



Professores da rede pública declaram greve por tempo indeterminado

Professores da rede pública estadual declaram greve geral por tempo indeterminado nesta terça-feira (24), após assembleia geral da categoria, realizada em Florianópolis. O calendário de mobilização prevê que até a próxima sexta-feira (27) sejam realizadas as assembleias regionais para definição dos representantes que irão compor o comando estadual de greve. A primeira reunião do grupo está prevista para ocorrer no dia 31, quando será discutido o início e a dinâmica de negociações com o governo.

Conforme o diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina (Sinte/SC), Luiz Carlos Vieira, cerca de 2,5 mil professores participaram do ato realizado na Capital. Durante a assembleia foram definidos três pontos principais que estarão na pauta de negociações com o governo: pela não incorporação da regência de classe ao salário; manter a mesma tabela de referência entre quem possui a chamada licenciatura curta e o magistério; e pela não diferenciação entre os trabalhadores Admitidos em Caráter Temporários (ACTs) e os efetivos. Outro ponto é a retirada total da Medida Provisória 198, que altera a forma de contratação e remuneração dos ACTs, que, conforme o Sinte/SC, são aproximadamente 14 mil no Estado. Também está na lista o pagamento do piso nacional da categoria retroativo a janeiro e a descompactação da tabela.

Vieira alega que não ocorreu um posicionamento concreto por parte do governo desde a última assembleia, realizada no dia 10 de março, e que não foram apresentadas propostas para categoria. Segundo o diretor, o fato reforçou a decisão pela greve geral. Ele explica que os próximos passos em relação à paralisação irão depender da movimentação do Executivo. “Se o governo não se abrir em negociação a categoria chama novas assembleias para decidir o rumo da greve”, disse Vieira.

Logo após a assembleia, o grupo saiu em passeata pelas ruas da Capital. O primeiro ponto de parada foi a Assembleia Legislativa, onde os manifestantes cobraram a presença dos parlamentares, exigindo um posicionamento da Alesc em defesa das reivindicações do magistério. Em seguida, houve manifestação em frente à sede da Secretaria Estadual de Educação, desta vez, com cobranças direcionadas ao secretário Eduardo Deschamps.

::: Confira fotos aqui :::

Posição do governo estadual



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Logo após a confirmação da greve, o secretário estadual de Educação, Eduardo Deschamps, concedeu entrevista coletiva na sede administrativa do governo do Estado. Deschamps afirmou que as escolas estaduais deverão abrir normalmente nos próximos dias, e que serão registradas as faltas dos professores que não comparecerem ao trabalho. O secretário também ressaltou que caberá aos diretores, remanejar as equipes para garantir o máximo de aulas possível.

Conforme o secretário, a obrigação do diretor é manter as escolas abertas, permitindo as atividades normais dos professores que queiram trabalhar. Da mesma forma, diz ele, os pais também devem ter a possibilidade de encaminhar os filhos para escola. “Vamos avaliar a situação em cada uma das escolas, procurar manter o máximo de normalidade, fazer o remanejamento e trabalhar com os professores que não estejam paralisados para manter o atendimento o mais regular possível”, disse Deschamps.

Futuro das negociações

O secretário ressaltou que o Sinte recebeu a proposta da nova carreira para que fosse analisada, ainda no dia 3 de fevereiro, e somente encaminhou o primeiro ofício para tratar sobre a proposta no dia 27 daquele mês. Mesmo informado de que o Governo do Estado realiza simulações com base em pedidos da categoria, aprovou a greve. “O Estado continua disposto a negociar, mas com os professores trabalhando. Temos uma regra de ouro: não dá para negociar com categoria parada”, disse Deschamps.

“Vamos continuar fazendo os trabalhos em relação à nova carreira, mas as negociações com a diretoria do Sinte estão suspensas. Se a paralisação for pequena, vamos seguir e apresentar nossas propostas na Assembleia Legislativa por respeito à categoria que está acreditando nessa ação. Mas caso a greve torne-se grande, o Estado vai ter que retirar tudo que foi apresentado e retomar todo o processo”, explicou Deschamps.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 25/03/2015
Assunto: PNE		Página: Online



SÓ 2,8% DOS MUNICÍPIOS JÁ FIZERAM LEI PARA IMPLANTAR PLANO DE EDUCAÇÃO

Em 14% das 5.570 cidades, comissão para criar plano não foi formada. Prazo para estados e municípios finalizarem plano acaba em 3 meses

Fonte: G1

A três meses do prazo final, apenas 2,8% dos 5.570 municípios brasileiros já chegaram à última fase da adequação ou elaboração de seu plano municipal de educação. Mais da metade deles (52,2%) ainda estão na primeira etapa (criação da comissão responsável por elaborar o plano), e 14% dos municípios sequer criaram essa comissão, segundo levantamento feito pelo G1, com base nos dados do Ministério da Educação. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, no dia 24 de junho todos os estados e municípios já devem ter terminado seus próprios planos, alinhados ao plano nacional.

No caso dos planos estaduais, três dos 27 estados já tinham cumprido todas as etapas até a sanção da lei: Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Outros quatro, além do Distrito Federal, já elaboraram o plano, mas ele ainda não foi aprovado pela assembleia legislativa e sancionado pelo governador. São eles Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Cinco estados seguem na primeira etapa, e apenas formaram a comissão, até agora: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Sergipe.

Etapas

Cada rede precisa cumprir diversas etapas antes da conclusão do plano. Primeiro, o governo local nomeia a comissão que coordenará o trabalho. A primeira função dos membros é elaborar um diagnóstico e, a partir dele, um documento-base que servirá para a elaboração da lei. Esse documento deve então ser submetido a uma consulta pública. Após ouvir a opinião da população, a comissão precisa então elaborar o projeto de lei do plano. Depois, ele é enviado ao Legislativo (câmara municipal ou assembleia legislativa), que deve então estudar e votar. Quando o projeto for aprovado, o último passo é a sanção do Poder Executivo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Evolução

Considerando apenas os municípios que já finalizaram todas as etapas, inclusive a sanção da lei, o número de planos municipais prontos no Brasil subiu de 37 para 46 entre 3 de fevereiro e esta segunda-feira (23), o que representa um aumento de 0,66% para 0,8% de todos os municípios brasileiros.

Outros 111 já estão na fase de elaboração e aprovação da lei, contra 109 no levantamento feito em fevereiro.

Por outro lado, o número de municípios que ainda não iniciaram o trabalho caiu pela metade. Em 3 de fevereiro, 1.441 estavam nessa situação. Nesta segunda, o número era de 778. Em dez estados brasileiros, não há municípios que ainda não cumpriram pelo menos o primeiro passo dessa tarefa.

Prazo difícil

Cleuza Rodrigues Repulho, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), afirma que será difícil cumprir o prazo imposto pela lei que aprovou o PNE, e deu um ano para que os estados e municípios se adequassem. "Acho muito difícil, mas acho que já caminhou bem", explicou ela ao G1.

Segundo ela, o principal entrave para que o prazo seja cumprido é o entendimento entre o estado e os municípios. "Os municípios não podem fazer [o plano] se os estados não fazem, e a recíproca é verdadeira", afirmou. "Quando tem estado com 30 municípios, tudo bem, mas quando você parte para Minas, São Paulo, aí a coisa complica", disse ela. Minas Gerais é o estado com o maior número de municípios (853). Já São Paulo tem 645 municípios.

Cleuza afirma que não descarta um pedido oficial da Undime para que o governo autorize a prorrogação desse prazo.

"A Undime ainda não pediu a dilação de prazo, estou indo a muitos fóruns, estou ouvindo as pessoas, tentando formar cenário nacional", disse ela. A presidente da Undime afirmou, porém, que uma certeza é o fato de que, durante a implementação, existe a possibilidade de os planos sofrerem ajustes.

O MEC afirmou, na semana passada, que a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) tem acompanhado o processo junto aos coordenadores estaduais, e que os gestores municipais e estaduais contam com uma equipe de 297 técnicos, supervisores e coordenadores para auxiliar os secretários que estão com maior dificuldade para cumprir o prazo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 25/03/2015
Assunto: MEC		Página: Online



DILMA DESCARTA ALOIZIO MERCADANTE NO MEC

Informação foi divulgada por ministros logo após reunião da coordenação política

Fonte: Band.com

Após reunião com ministros, a presidente Dilma Rousseff decidiu manter Aloizio Mercadante na posição de presidente da coordenação política e descarta transferi-lo para o Ministério da Educação.

"Em nenhum momento foi discutida a questão do Ministério da Educação", afirma o ministro das Cidades, Gilberto Kassab.

No fim de semana, uma fonte do governo informou à agência Reuters que Dilma analisa o nome de Gabriel Chalita, que está à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, para comandar o Ministério da Educação.

"A presidente quer um nome ligado à educação, e Chalita corresponde a isso", disse a fonte, que acompanha o tema e pediu anonimato. O deputado federal do PMDB assumiu a Secretaria de Educação este ano, indicado pelo prefeito Fernando Haddad (PT), que já foi ministro da Educação.

Após reunião com ministros, a presidente Dilma Rousseff decidiu manter Aloizio Mercadante na posição de presidente da coordenação política e descarta transferi-lo para o Ministério da Educação.

"Em nenhum momento foi discutida a questão do Ministério da Educação", afirma o ministro das Cidades, Gilberto Kassab.

No fim de semana, uma fonte do governo informou à agência Reuters que Dilma analisa o nome de Gabriel Chalita, que está à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, para comandar o Ministério da Educação.

"A presidente quer um nome ligado à educação, e Chalita corresponde a isso", disse a fonte, que acompanha o tema e pediu anonimato. O deputado federal do PMDB



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

assumiu a Secretaria de Educação este ano, indicado pelo prefeito Fernando Haddad (PT), que já foi ministro da Educação.

Kassab nega mudança de Mercadante para o MEC:

Assista ao vídeo no site original aqui

Chalita esteve na quinta-feira em Brasília e se reuniu com o vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP), informou a fonte.

Dilma afirmou, após a saída tumultuada de Cid Gomes (Pros-CE) do ministério, que o critério para a definição do novo ministro seria a qualificação e não a filiação partidária.

"Eu vou escolher a pessoa boa para a educação e não a pessoa desse, daquele ou de outro partido, disse a presidente a jornalistas no Palácio do Planalto, após a saída de Cid do ministério.

Chalita já foi secretário da Educação do governo Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e presidiu o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) por dois mandatos.

A presidente busca um nome para substituir Cid, que pediu demissão na última quarta-feira, após pronunciamento feito em tumultuada sessão na Comissão Geral na Câmara dos Deputados para explicar sua declaração de que haveria "300 ou 400 achacadores" no Congresso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 25/03/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



GOVERNO MANTÉM PROPOSTA E PROFESSORES PROMETEM PARAR

Depois do anúncio de greve feito pelo Sinte, secretário informou que a proposta de mudanças para a carreira do magistério deve ser mantida

Fonte: Diário Catarinense (SC)

Depois do anúncio de greve feito pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública (Sinte-SC), o secretário de Estado Eduardo Deschamps organizou uma coletiva, em plena segunda-feira de feriado na Capital por causa do aniversário de Florianópolis, para informar que a proposta de mudanças para a carreira do magistério deve ser mantida.

Dependendo do tamanho da greve que deve começar hoje, o governo pretende encaminhar o projeto para análise da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no próximo mês. Após mais de um mês de conversas, sindicato e governo ainda não chegaram a um acordo sobre o plano de carreira do magistério.

Esse impasse resultou na decisão dos Professores de começarem uma greve a partir de hoje – a paralisação ainda será confirmada em assembleia. De acordo com o secretário, o aviso foi encaminhado pela direção do Sinte-SC na sexta-feira, através de ofício:

- A partir de agora não há nada que a gente possa fazer. Se essa greve for curta, vamos tentar aprovar o projeto na Assembleia, mas se durar muito, vamos deixar tudo como está. Isso não é bom para ninguém.

CATEGORIA TEM NOVA ASSEMBLEIA

No começo de fevereiro, a secretaria apresentou uma proposta de carreira para o magistério, que desde então vem sendo discutida com a categoria. No entanto, a medida provisória nº 198 baixada pelo governo tornou as conversas mais tensas. O documento fixa a remuneração básica do Professor admitido em caráter temporário (ACT).

- Explicamos que a proposta deles causaria um rombo de mais de R\$ 2 bilhões nos cofres. É inviável – diz o secretário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O discurso do sindicato aponta pouca possibilidade de recuo em relação ao início da greve hoje. Segundo o Sinte-SC, a não-deflagração sequer está na pauta da assembleia e aconteceria apenas com uma nova proposta por parte do governo.

A greve, entretanto, ainda depende da decisão da categoria. A paralisação já era prevista para 10 de março, mas Professores que participaram da reunião naquele dia não se sentiram confiantes com a baixa adesão e prorrogaram a medida em duas semanas. O coordenador estadual do Sinte-SC, Luiz Carlos Vieira, afirmou ao DC que somente “a assembleia é que vai dizer” se haverá greve ou não. O começo da paralisação do magistério estadual tem confundido pais sobre levar ou não os filhos à Escola nos próximos dias. A Secretaria de Estado da Educação (SED) afirma que não há como presumir o nível da adesão nas Escolas e recomenda aos responsáveis ligarem ou visitarem a instituição dos filhos para averiguar a situação da maneira mais precisa possível.

Segundo a Secretaria de Educação, diretores de todo o Estado foram instruídos a manterem a situação o mais próximo possível da normalidade a partir desta terça-feira, e pede que os dirigentes permaneçam abertos a qualquer dúvida dos pais. O nível da adesão será calculado e divulgado pelo governo hoje.

Reportagem publicada apenas em veículo impresso

“Greve deveria ser última opção”

Para Pereira, governo está certo em priorizar efetivos, mas deve ter plano para diminuir temporários. A principal crítica à medida provisória 198 é que ela prioriza Professores efetivos em detrimento aos ACTs.

Você considera a medida positiva ou prejudicial à categoria como um todo?

É natural concentrar os esforços para priorizar o profissional que está na carreira, já que os ACTs teoricamente são passageiros em suas funções. O ACT é um Professor que deve cumprir uma função específica, em um momento. No entanto, não é o que acontece em Santa Catarina e em outros Estados, que mantêm uma grande quantidade de temporários por não conseguirem suprir a demanda. De forma objetiva, é preciso privilegiar a carreira, mas sempre com um plano a longo prazo para aumentar o número de Professores efetivos e diminuir o de ACTs.

O governo afirma que a MP é indispensável para o plano de carreira do magistério, mas após diversas trocas de ataques, o sindicato garantiu que não irá negociar nenhum dos pontos apresentados. Esse embate contribuiu ou atrasa o plano?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pelo novo plano, há ganhos para os Professores que crescem na carreira, principalmente para quem faz mestrado e doutorado – justamente em uma área que privilegia tanto a formação Docente. Entretanto, como qualquer plano, não sairá do papel imediatamente. Faz parte da função do sindicato cobrar e criticar o governo, e é isso que ele deve fazer.

O Sinte decidiu deflagrar a greve em meio às negociações. A medida é apressada?

Nunca direi que alguém não pode exigir seus direitos. Mas acredito que a greve deveria ser a última opção, algo a ser feito quando já se chegou ao limite das negociações. Os principais pontos da proposta do governo afirma que há um “achatamento” salarial da categoria desde 2011. Por isso, o objetivo seria diminuir as diferenças salariais entre Professores licenciados e com especialização. Veja algumas mudanças propostas:- Atualmente, existem 12 níveis e 7 referências, que passariam para 4 níveis e 10 referências.

Os níveis são: Professores com graduação, especialização, mestrado e doutorado. As licenciaturas deixariam de existir na carreira.- Pela tabela atual, Professor em final de carreira (nível 12 e referência 7) ganha R\$ 3.144, além das vantagens pessoais. No futuro (nível 4 e referência 10), receberá R\$ 4.590.- O vencimento no início da carreira ficará em R\$ 2.535.- Desvinculação dos magistrados ACT da tabela da carreira e contratação por hora-aula.- Pagamento de adicional mensal (de R\$ 254 a R\$ 404) para os Professores que estão ministrando aulas.